

Em tempos de crise, Portugal e Espanha lutam por uma democracia mais participativa

Durante dois dias a comunidade ibérica discutiu o futuro da participação dos cidadãos e partilhou experiências. O próximo encontro já está marcado

CATARINA FALCÃO
catarina.falcão@ionline.pt

Ao mesmo tempo que em Cádiz decorria a Cimeira Ibero-Americana, onde os líderes da comunidade latina se reuniam para tentar resolver as grandes questões económicas e políticas da actualidade, em Odemira um grupo de autarcas e investigadores vindos de Portugal, Espanha, Brasil, Colômbia e Moçambique também se reuniu, não para resolver a crise financeira, mas para discutir um dos recursos mais importantes da democracia: a participação.

O I Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos juntou no Alentejo durante dois dias experiências de participação e cidadania do lado de cá e do lado de lá da fronteira. E quem ficar surpreendido com a escolha de Odemira para a realização deste evento não tem razão para isso. O Orçamento Participativo (OP) de Odemira em 2012 foi o mais participado em Portugal – relativamente ao número de habitantes do concelho –, onde 16,1% da população elegeu os projectos vencedores – o triplo dos votantes de 2011. “O OP de Odemira mudou as mentalidades, conseguiu aproximar mais as pessoas da decisão política e desta forma dar oportunidade a quem está afastado dos decisores de dar a sua opinião”, disse ao *i* José Alberto Guerreiro, presi-

dente da Câmara de Odemira. Mas se Odemira se destacou pela positiva no panorama nacional de OP, o balanço da década para os OP em Portugal não é o mais auspicioso. Como explicou Nélson Dias, investigador e presidente da Associação In Loco, apesar de 35 milhões de euros de investimento autárquico já terem sido decididos através deste processo, muitos OP têm sido extintos, ora devido à escolha de um formato errado, ora devido às mudanças de cor política após as eleições autárquicas. “Estamos num momento de clarificação do que é um OP e na fase de consolidação de um modelo delineado à medida dos portugueses”, disse Nélson Dias, que apontou ainda que nos distritos de Évora, Viseu, Guarda e na ilha da Madeira nunca houve qualquer iniciativa deste género. Em Espanha a situação é ainda mais crítica. Em 2010, o país vizinho tinha mais de 100 orçamentos participativos a decorrer em quase todas as regiões, mas após as eleições autárquicas de 2011 restaram “cerca de uma dezena de experiências no activo”, contou Ernesto Ganuza, investigador do Instituto de Estudios Sociales Avanzados (IESA).

AQUI AO LADO Juan António Lara Medina, vice-presidente da Associação Cidades Participativas e vereador da Partici-

pação e Cooperação da Câmara de Archidona, na região de Málaga, contou a sua história. Archidona tem cerca de 9 mil habitantes e vive maioritariamente da agricultura, e como Juan diz, “as pessoas estavam desencantadas e não participavam”, mas a autarquia estava determinada a “mobilizar a população”. Começaram por bater à porta das pessoas e durante um ano informaram todos os habitantes do que era um orçamento participativo e de como cada um podia contribuir. “Ninguém apostava num processo tão louco”, sublinha o vereador. Mas a população envolveu-se e os primeiros projectos já estão a ser realizados, com um aspecto muito particular: “os habitantes decidiram que os políticos ficavam fora das assembleias”, remata Juan António. Também Casabermeja, uma outra localidade junto a Málaga, esteve presente e provou que mesmo com numa localidade mais pequena, com cerca de 3 mil habitantes, estas iniciati-



A sessão de abertura contou com o secretário de Estado Adjunto da Administração Local e da Reforma Administrativa

Durante o encontro foram conhecidos os projectos vencedores do OP de Odemira em 2012

Em Espanha, de 100 orçamentos participativos em 2010, apenas cerca de uma dezena ainda persiste

vas podem ser bem sucedidas. “Devemos ao OP a nossa escola de Verão, que tem mais de 70 crianças”, admitiu Antonio Domínguez Durán.

DO OUTRO LADO DO MUNDO Para ouvir os exemplos de Portugal e Espanha e partilhar as suas próprias experiências estiveram presentes autarcas de Maputo, Medellín (a segunda maior cidade colombiana) e Fortaleza e provaram que o OP é um formato que se pode adaptar a vários territórios e populações.

“Como é que nós divulgamos? Actividade circense e teatro de rua para falar sobre participação, banda desenhada, abanicos, até utilizámos um carro de som”, explica Neira de Moraes, ex-coordenadora do Orçamento Participativo de Fortaleza e doutoranda do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. E deu frutos. Dos mais de 2 milhões de habitantes da cidade, 180 mil compareceram e votaram, dando origem por exemplo ao Hospital da Mulher de Fortaleza, um dos projectos vencedores.

Em Medellín, a segunda maior cidade da Colômbia, o gabinete de planeamento da cidade e o de Orçamento Participativo fundiram-se para melhor seguir a iniciativa. Quanto a Maputo, já vai no seu segundo OP e este ano deu prioridade aos “distritos com mais dificuldades”, como disse Simões Mucavele, vereador



Neira de Moraes mostra os abanicos distribuídos na campanha do OP em Fortaleza

A música dos Virgem Suta animou a sessão de entrega de prémios

do Conselho Municipal de Maputo, consistindo a maior parte dos projectos aprovados em investimentos na educação, na saúde e no saneamento público.

Já Giovanni Allegritti, investigador do CES, contou as experiências que acompanha por todo o mundo. Além de ter ajudado a implementar os OP Jovem em Condeixa e na Trofa, o investigador explicou como este veículo de participação está a ser importante em países como a China, o Senegal e a Polónia. No Senegal, por exemplo, as assembleias onde a população discute as propostas são feitas em grupos separados, já que o grande respeito pelos idosos faz com que “mulheres e os jovens só falem depois dos mais velhos”. Na Polónia, o governo devolve entre 10% e 30% do que os municípios gastam no OP, o que faz com que haja mais de mil iniciativas do género em todo o país.

O PRÓXIMO PASSO A discussão sobre o futuro dos OP surgia tanto à mesa do almoço como durante uma conferência. “Podemos fazer OP para sempre? Até que ponto é que as autarquias podem investir nas infra-estruturas que ganham os OP e lidar com os custos da sua manutenção? Como podemos trazer mais pessoas para o processo?”, perguntavam-se autarcas e investigadores. Sobre a inclusão, Rafael Sampaio, con-

sultor do Banco Mundial, tinha algumas pistas. “Não deixem de fora os preguiçosos”, aconselhou Sampaio, dizendo que tanto a internet como os telefonemas ou mesmo os votos por SMS podem funcionar melhor para algumas pessoas que o voto presencial.

Quanto aos custos de manutenção dos equipamentos que ganham os OP, o presidente da Câmara de Odemira tem uma visão clara. “Se ganhar uma piscina, eu vou ter de construir a piscina mas fico com custos de manutenção para sempre. Parece-me que o melhor será avançar também com os OP sobre os próprios processos administrativos da câmara”, afirmou José Alberto Guerreiro sobre o futuro da iniciativa.

Na região da Andaluzia está a ser criada a Ley de Participación Ciudadana, que pretende instituir os orçamentos participativos como um direito político dos cidadãos. “A melhor definição que já ouvi desta lei foi que estamos a proteger a participação”, partilhou Manuela Fernández Martín, directora-geral de Direitos de Cidadania, Participação e Voluntariado da Junta da Andaluzia (governo da região autónoma da Andaluzia). Para acompanhar o progresso desta lei e dar continuidade ao evento, Manuela Martín anunciou que a região pretende acolher o II Encontro Ibérico, um anúncio bem recebido pela audiência.

Enciclopédia		
Orçamento participativo		
O orçamento participativo é o processo em que os cidadãos de uma determinada cidade podem propor projectos que se encaixem numa verba atribuída pela autarquia e votá-los. Obedece normalmente a quatro fases	principais: a apresentação de projectos (online ou em assembleias), a apreciação técnica por parte do município, a votação por parte dos habitantes (online, presencial ou mista) e a execução dos projectos com a avaliação dos resultados.	

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS NO MUNDO

Em Portugal há 28 orçamentos participativos no activo, havendo três iniciativas apenas dedicadas aos jovens. Mas há muito mais exemplos de diferentes OP no mundo.

TROFA, PORTUGAL	ARCHIDONA, ESPANHA
No mais recente município de Portugal optou-se por um OP Jovem em que crianças dos dez anos a jovens adultos de 30 decidiriam o que fazer com 20 mil euros. Atendendo à discrepância de idades, os jovens podem votar em dois tipos de projecto: no âmbito escolar e no âmbito municipal. O OP coincide com o período escolar e já premiou um parque com equipamentos de manutenção e um laboratório de ciências.	Em Archidona o OP é realizado desde 2005 e é organizado por grupos motores dentro de cada comunidade. Archidona tem também um projecto de OP jovem em que recuperou um antigo celeiro e as obras de reabilitação são votadas pelos jovens da cidade. O financiamento para esta actividade foi de cerca de 240 mil euros e falta apenas uma fase para a sua conclusão.
CASCAIS, PORTUGAL	MAPUTO, MOÇAMBIQUE
A Câmara de Cascais aumentou em 2012 a verba para 2,5 milhões de euros, o que tornou possível a realização dos 16 projectos propostos pela população. Implementou também um sistema de votação por SMS que aumentou o número de votantes para 23 198 (com 13,9% da população a votar). Os projectos são aprovados em assembleias participativas.	O primeiro OP em Maputo começou em 2008 e prolongou-se até 2011, mas por ter sido demasiado “ambicioso” os investimentos ultrapassaram o que estava previsto. Depois de uma reestruturação, a autarquia voltou a organizar em 2012 uma nova edição com um investimento de 800 mil euros, limitando os investimentos aos bairros mais necessitados.

LISBOA, PORTUGAL	MEDELLÍN, COLÔMBIA
É um dos OP mais consistentes em Portugal, realizando-se desde 2008 com uma verba de investimento de 2,5 milhões de euros. A votação final em Lisboa é feita exclusivamente online e no OP de 2012 votaram quase 30 mil pessoas. Tem duas categorias de projectos em que se pode votar: até 150 mil e até 500 mil. Este ano a Mouraria voltou a ganhar.	Apesar de o OP já existir há alguns anos em Medellín, ainda é pouco votado pela população. Na última edição compareceram 109 mil votantes, 60% deles mulheres. A quatro anos deste programa e ao planeamento da cidade foram atribuídos pela autarquia mais de 191 milhões de euros. Medellín foi distinguida por boas práticas no campo do desenvolvimento.